

O campo de pesquisa foi uma turma do curso de Administração de Empresas em uma Instituição de Ensino Superior do Rio de Janeiro. Como instrumentos de pesquisa, foi utilizado um questionário respondido após cada uma das seis aulas utilizadas nesta pesquisa e entrevistas diretas aos alunos. Os resultados apontam para uma relevante contribuição dos filmes na aprendizagem significativa desses alunos sendo o determinante para isso a tecnologia em si em detrimento do tipo, abordagem ou expressão que o filme apresenta. Tais constatações apontam, como consequência, para a necessidade da alfabetização tecnológica do professor de forma que estes possam usar a tecnologia educacional como aliada no cumprimento curricular deste curso.

### **Amélia Lopes; José Manuel Martins Ferreira & Rui Trindade**

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto  
amelia@fpce.up.pt

#### *De par em par – incursões na pedagogia universitária, tal qual se faz*

O Laboratório Universitário de Ensino Aprendizagem (LUEA), criado numa parceria entre a FEUP e a FPCEUP, promoveu no 1º semestre do ano lectivo de 2009/2010 uma experiência informal de observação de pares, de que foram protagonistas professores das duas Faculdades, num total de 20 docentes. O objectivo da iniciativa foi o de abrir a porta da sala de aula a “outros oficiais do mesmo ofício”, ainda que de áreas científicas completamente díspares, mesmo no quadro das caracterizações epistémicas das ciências, como o são as Engenharias e as Ciências da Educação. Subjacente à iniciativa esteve a convicção que, para além das áreas científicas, há um núcleo de comunidade que resulta do facto de se trabalhar num mesmo nível de ensino – o superior, e de uma mesma tarefa – a de promover as aprendizagens dos estudantes. Tal convicção sustenta a ideia que diferentes olhares, mesmo oriundos de outras áreas do saber (e até talvez por isso), podem ser uma componente essencial do desenvolvimento profissional dos professores, nomeadamente da sua componente pedagógica.

A apresentação que se propõe pretende dar conta daquele que foi o âmago do projecto e respectivos resultados: o de “abrir as portas das salas de aula” a outros que não os estudantes e com isso projectar luz sobre o “jardim secreto do currículo”.

Para atingir os objectivos referidos foi organizado um esquema de observação de pares inter institucional destinado aos docentes interessados e pensado como instrumento de melhoria do seu desempenho. Incluiu um processo formativo que decorreu da reflexão sobre as observações. Na apresentação que se propõe serão apresentados quer a análise (quantitativa e qualitativa) das grelhas produzidas pelos observadores, quer as tendências das reflexões suscitadas pelo projecto.

O objectivo último da iniciativa é o de contribuir para a melhoria da qualidade e pertinência do trabalho docente dos professores envolvidos no projecto e, por arrasto, do ensino que é prestado nas Faculdades de Engenharia e de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

### **Ana Mouraz; José Manuel Martins Ferreira & Rui Trindade**

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto  
anamouraz@fpce.up.pt

#### *Projecto Argumentar, precisa-se!*

O projecto Argumentar precisa-se! nasceu do pressuposto de que a competência argumentativa é crucial na estrutura curricular do Ensino Superior, quer porque muito do trabalho que é pedido ao estudante precisa ser convenientemente argumentado, para poder ser cognitivamente apropriado, quer porque o exercício da democracia depende em larga medida dessa capacidade de escolher e justificar as escolhas, inerente ao raciocínio argumentativo. Há bastante literatura, bem como estudos de investigação, centrados no desenvolvimento do pensamento crítico e, consequentemente, na estrutura argumentativa do raciocínio. Todavia não é esse o ângulo de análise que emerge do presente projecto, porquanto nos preocupa, sobretudo,

a questão de saber como é que as Unidades curriculares se referem, exigem e/ou promovem o raciocínio argumentativo, que é uma preocupação decorrente do desenvolvimento curricular.

O projecto analisou os trabalhos produzidos pelos estudantes do ponto de vista da mobilização de competências argumentativas, numa amostra constituída por trabalhos desenvolvidos em diferentes unidades curriculares de diferentes cursos do 1º ciclo das Faculdades de Engenharia e de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, no 1º semestre do ano lectivo de 2009/2010.

A apresentação que se propõe pretende dar conta:

- a) Da importância real das práticas argumentativas nos processos de formação e avaliação dos estudantes.
- b) Das formas de raciocínio usado pelos estudantes na construção das suas aprendizagens.
- c) Dos processos avaliativos no ensino superior analisados numa perspectiva da pragmática da comunicação. Pretende-se também contribuir para a reflexão sobre formas e instrumentos de avaliação utilizados no ensino superior.

### **Ana Valéria de Figueiredo & Agenor Pereira da Costa**

SEEDUC/RJ; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Universidade Estácio de Sá; Universidade Iguazu  
anavalfigueiredo@gmail.com

#### *O ensino de história do direito como componente curricular: análise de uma experiência de formação*

As teorias do currículo estão inseridas em um campo epistemológico e social. Aparecem na arena de disputas pelo poder de selecionar e privilegiar um tipo de conhecimento em detrimento de outro, além de destacar, dentre várias possibilidades, um tipo de identidade e subjetividade considerada como a “ideal” do ponto de vista hegemônico. Assim, um currículo é sempre retrato de uma época e suas demandas sociais, políticas, históricas, culturais e muitas outras inseridas nas tramas cotidianas. A partir das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o Curso de Graduação em Direito, promulgadas em 2004, o currículo passa a exigir que a disciplina História do Direito faça parte do Eixo de Formação Fundamental, o qual tem como objetivo principal “integrar o estudante no campo, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber, abrangendo dentre outros, estudos que envolvam conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia.” (DCNs, art. 5º, inciso I; grifos nossos). Partindo dessas premissas, o presente trabalho tem como objetivo discutir e analisar a implementação da disciplina História do Direito como componente curricular obrigatório no Curso de Graduação em Direito. Seguindo as orientações do texto das DCNs, os eixos de formação, a saber, Formação Fundamental, Formação Profissional e Formação Prática, devem estar contemplados no Projeto Pedagógico e na organização curricular do Curso, em forma de conteúdos e atividades interligados. Assim, por se configurar como um rearranjo curricular, tendo em vista que as DCNs oficializam e uniformizam estruturas curriculares, a operacionalização da disciplina tem esbarrado na falta de sistematização clara e objetiva, tendo o professor desse componente curricular que buscar, em variadas fontes, os conteúdos que podem configurar-se como um corpus de conhecimento típico da disciplina. A metodologia da pesquisa será de abordagem qualitativa, com a análise de conteúdo tal qual Bardin (1977) a descreve, através da análise das respostas a um pequeno questionário respondido por alunos do Curso de Direito de uma universidade privada do Rio de Janeiro, que tiveram a disciplina no primeiro período de seu curso, em contraste com os alunos que não alcançaram tais exigências curriculares. O estudo tem como desdobramento o intuito contribuir para a discussão da formalização dessa disciplina, em tempos de globalização e incertezas, mas que permitem uma maior amplitude de conhecimentos.